

A dinâmica do crédito privado

ARTIGO

Roberto Luis Troster
Economista

E-mail: robertotroster@uol.com.br

O quadro macroeconômico no ano passado foi favorável ao crédito: o crescimento do PIB, a queda do desemprego e das taxas de juros e o Programa Desenrola foram fatores positivos para uma expansão do crédito e uma diminuição da inadimplência. Todavia, o esperado não ocorreu: a relação crédito bancário/PIB ficou estagnada e os números de recuperações judiciais, de falências e de pessoas físicas e jurídicas negativadas aumentaram.

O valor total das dívidas negativadas cresceu mais do que o crédito do Sistema Financeiro Nacional. O quadro foi semelhante ao de 2022. Embora algumas empresas e cidadãos tenham melhorado, na média o quadro é ruim e no agregado a dinâmica do endividamento do setor não financeiro está se deteriorando.

Perdem todos: cidadãos, empresas, bancos, o governo e o Brasil. Não é sustentável. Há dois cenários possíveis. O primeiro é um processo de desalavancagem, demorado (anos) e doloroso (um crescimento anêmico). É insistir em mais do mesmo. O outro é uma mudança dessa dinâmica, fazendo duas correções que só dependem do Poder Executivo.

Urge modernizar o paradigma de intermediação e acabar com a autofagia fiscal

A primeira é mudar o paradigma vigente da intermediação. Leia-se: remover o entulho inflacionário e aprimorar a normatização da precificação do crédito, da transparência, da Lei 14.181, da responsabiliza-

ção de gestores, dos birôs de crédito e da alocação de limites e mudar a tributação da intermediação.

A outra correção é reduzir a voracidade na cobrança de dívidas fiscais. É uma autofagia fiscal que enfraquece a saúde financeira da economia e a capacidade de crescer do País. É fato: o total de dívidas negativadas na Serasa é de R\$ 493 bilhões – incluindo sistema financeiro, varejo, serviços e utilidades, equivale a um décimo das dívidas executadas pelo Fisco, que são de R\$ 5.057 bilhões.

A maioria não são nem de “maus pagadores” nem sonegadores. Estão na armadilha da dívida e não conseguem sair dela. Problemas de liquidez temporários viram dívidas fiscais impagáveis. Muitas

de 232,8% ao ano (0,33% ao dia), ao que deve adicionar-se a correção pela Selic, erroneamente chamada de correção monetária.

Há uma interpretação equivocada da Lei de Responsabilidade Fiscal no que concerne à renúncia de receitas e da dinâmica da arrecadação. É paradoxal, mas se aplicassem multas mais razoáveis e a correção monetária no lugar da correção pela Selic, arrecadariam mais com impactos positivos na inadimplência e no crescimento. Urge modernizar o paradigma de intermediação e acabar com a autofagia fiscal. O Brasil tem pressa de crescer. ●

CELSONO NÃO ESCREVE
EXCEPCIONALMENTE HOJE

Inadimplência Renegociação

Fazenda volta a prorrogar a vigência do Desenrola; prazo agora vai até maio

É a segunda extensão de prazo do programa, e a prorrogação vai valer só para a faixa 1, de quem ganha até 2 salários mínimos

MARIANA CARNEIRO
BIANCA LIMA
BRASILIA

O governo decidiu prorrogar até 20 de maio a vigência do Desenrola Brasil, o programa de renegociação de dívidas de pessoas físicas inadimplentes. Trata-se da segunda extensão de prazo: inicialmente, as renegociações estavam previstas para acabar em dezembro, e já haviam sido estendidas até 31 de março.

A nova prorrogação do Desenrola será formalizada por meio de uma medida provisória que será publicada no *Diário Oficial* da União hoje. Da primeira vez que o prazo foi estendido, em dezembro, o motivo havia sido a baixa adesão dos endividados ao programa.

O motivo da nova extensão, agora, é outro. Segundo apurou o Estadão, as renegociações ganharam impulso após a integração do Desenrola com as plataformas bancárias, e o governo quer aproveitar o movimento. Isso foi possível graças a uma portaria do Ministério da Fazenda, de janeiro, per-

mitindo a interligação do sistema com os aplicativos e sites dos bancos. Antes, o acesso era restrito ao gov.br.

O que vem puxando as renegociações são os aplicativos da Serasa (chamado Limpa Nome) e da Caixa Econômica Federal (o Caixa Tem, usado para os pagamentos de benefícios sociais). Cerca de metade do volume diário de negociações hoje é feita por meio de canais parceiros.

Também, em menor grau, se deve à possibilidade de se renegociar os débitos de forma presencial nas mais de 6 mil agên-

operações contam com o aval do Fundo de Garantia das Operações (FGO) – ou seja, com garantia do Tesouro Nacional. Não serão aceitas dívidas novas, apenas as que já constam da plataforma (contraídas entre janeiro de 2019 e dezembro de 2022), e o valor dos débitos será atualizado pela inflação.

A trava para a inclusão de novas dívidas tem sido, desde o início da vigência do programa, uma das exigências das instituições financeiras, sob pena de reduzir a potência da renegociação. O Desenrola foi lançado em julho do ano passado. A expectativa da Fazenda era renegociar cerca de R\$ 75 bilhões de 70 milhões de pessoas com o nome sujo. Os últimos números, porém, apontam cifras mais tímidas: cerca de R\$ 50 bilhões renegociados por 14 milhões de pessoas.

Pelo programa, o governo realiza leilões para obter os maiores descontos possíveis nos débitos, que podem ser pagos à vista ou parcelados em até 60 meses, com juro máximo de 1,99% ao mês. Os descontos, em média, são de 83%, mas chegam a 96%.

Além das dívidas bancárias, também estão incluídas as contas atrasadas de outros setores, como estabelecimentos de ensino, energia, água, telefonia e comércio varejista. ●

Balanço Programa já renegociou R\$ 50 bi em débitos, abaixo dos R\$ 75 bi projetados pelo governo

cias dos Correios – o que foi autorizado no início desse mês.

ACESSO RESTRITO. A nova prorrogação do Desenrola, da mesma forma como aconteceu em dezembro, será feita por meio de medida provisória e, da mesma forma como aconteceu em dezembro, será válida apenas para a faixa 1 do programa, que atende a trabalhadores que ganham até dois salários mínimos ou estão inscritos no Cadastro Único de ações sociais do governo federal.

Nesse grupo, são renegociadas dívidas de até R\$ 20 mil, e as

Trabalho Mercado aquecido

País cria 306.111 vagas com carteira assinada em fevereiro, diz Caged

GIORDANNA NEVES
BRASILIA

Após a criação de 168.503 vagas em janeiro (dado revisado ontem), o mercado de trabalho formal registrou saldo positivo de 306.111 carteiras assinadas em fevereiro, de acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados ontem pelo Ministério do Trabalho.

O resultado decorreu de 2.249.070 admissões e 1.942.959 demissões, e representa salto de 21,2% em relação a fevereiro do ano passado, quando houve abertura de 252.451 vagas com carteira assinada. Alguns especialistas já afirmaram que o aquecimento do mercado de trabalho pode fazer com que o Banco Central (BC) desacelere o ritmo de corte da taxa básica de juros, a Selic. O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, classifica a estratégia como sendo “burra”.

O número de fevereiro veio acima da mediana das estimativas de analistas consultados pelo Projeções Broadcast, que indicava a abertura de 232,5 mil postos de trabalho.

No acumulado dos dois primeiros meses de 2024, o saldo do Caged já é positivo em 474.614 de vagas. No mesmo período do ano passado, houve criação líquida de 342.509 postos formais.

O saldo de abertura de vagas foi novamente puxado pelo setor de serviços, com a criação de 193.127 postos formais, se-

guido pela indústria geral, que abriu 54.448 vagas. A construção civil gerou 35.053 vagas, enquanto o comércio registrou abertura de 19.724 vagas. Houve ainda saldo 3.759 contratações na agropecuária.

O salário médio de admissão nos empregos com carteira assinada foi de R\$ 2.082,79, recuo de 2,36%, ou R\$ 50,42, sobre janeiro.

FORMA ‘BURRA’. O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, avaliou que os dados do Caged ficaram “acima da expectativa”, mas criticou a preocupação expressa pelo BC sobre o crescimento da massa salarial e os

Salto Criação de vagas em fevereiro foi 21,2% superior ao verificado no mesmo mês do ano passado

efeitos na inflação de serviços, que poderiam trazer reflexos no processo de queda de juros. “Está faltando estudar um pouco de fundamentos da economia”, disse Marinho sobre a autoridade monetária.

O ministro disse que existem duas maneiras de controlar a inflação: de uma forma “burra”, por meio do aumento de juros e corte no crédito, e de uma forma “inteligente”, que seria pelo aumento da produção e da oferta. Segundo ele, o BC deve colaborar com a economia por meio da redução dos juros. ●